**Formação docente e ‘políticaspráticas cotidianas de resistência e mobilização**

**Marcelle Tenorio Monteiro Gomes**

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

**Resumo:** O presente trabalho é parte de pesquisa em andamento no Doutorado em Educação, que trata da análise das políticas nacionais, buscamos compreender como a política atual de formação docente no Brasil é influenciada pelas ações dos praticantes (CERTEAU, 1994) através da interação, mobilização e resistência nos cotidianos. Compreendendo que a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação), instituída através da Resolução CNE 02/2019, atende a interesses mercantilistas, destaca-se a atuação dos movimentos de resistência à implementação da BNC-Formação através dos Fóruns Estaduais em Defesa do Curso de Pedagogia, do Movimento Nacional em Defesa do Curso de Pedagogia e da Frente Nacional pela Revogação das Resoluções CNE/CP 02/2019 e 01/2020. Considera-se que esses movimentos são “políticaspráticas” (OLIVEIRA, 2013) tecidas pelos praticantes como mobilizações de resistência e ressignificação das políticas.

**Palavras chaves**: cotidiano, mobilização, formação docente, políticas educacionais

No âmbito da construção e implementação das políticas educacionais de formação docente emergem debates e disputas em torno dos sentidos e concepções de educação e de docência, considerando que as diretrizes dessas políticas determinam os rumos da educação básica no Brasil. De acordo com Ball *et al* (2013, p. 11) “a educação é uma arena de lutas políticas em que a contestação de uma política no nível micro ou macro pode redefinir o curso das políticas no futuro”.

As disputas em torno dos sentidos de educação e de docência são influenciadas por organismos multilaterais como o Banco Mundial, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), que historicamente atuam na prescrição de diretrizes para políticas educacionais.

Especificamente no Brasil, há influência dos organismos multilaterais, desde a década de 90, nas reformas educacionais neoliberais que implantaram mudanças nas políticas curriculares, de avaliação e de formação docente no Brasil (BALL, 1994 *apud* MACEDO, 2014, p. 1533).

Para Ball *et al. (*2013, p. 10) no contexto dessas reformas educacionais, os docentes “são mobilizados a atender objetivos políticos a fim de alcançar um desempenho educativo e, a longo prazo, favorecer o crescimento econômico e reforçar a competitividade global”.

Essa função mercantilista da educação não se restringe à expansão da rede privada de ensino e nem no impulsionamento da venda de cursos, programas e projetos educacionais, em grande parte adquiridos pelos governos através de fundações e contratação de consultorias que atuam em consonância com os organismos multilaterais. Compreende-se que a guinada da educação aos interesses econômicos passa por questões ideológicas do sentido de conhecimento e de educação, principalmente através de diretrizes para formação de professores. É influenciando na formação docente que os organismos alcançam e difundem suas ideias, reforçando o sentido de educação e conhecimento de interesse capitalista.

Considerando as recentes políticas educacionais brasileiras, artigos e documentos mostram a influência dos organismos multilaterais nas diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aprovada em 2017 (Resolução CNE 02/2017). De acordo com Hypolito (2019) a BNCC faz parte de uma estratégia de agenda global de reformas educacionais, articuladas por organismos multilaterais, na qual a ideia de um Currículo Nacional é associada aos programas e testes padronizados de avaliação em larga escala.

Com relação às políticas de formação docente, e seguindo as diretrizes da BNCC, em dezembro de 2019, MEC e CNE encaminharam a aprovação da Resolução CNE 02/2019, que define as BNC-Formação, revogando a Resolução CNE 02/2015.

A Resolução CNE 02/2015 foi reconhecida por pesquisadores e por entidades da área como um documento que refletia, em boa parte, as lutas históricas pela formação docente comprometidas com a educação pública e com a valorização do magistério, bem como com os propósitos mais amplos de uma educação e uma formação atrelados à transformação social e à busca pela superação das desigualdades. Sua aprovação mobilizou nas instituições debates e processos de reformulação curricular que expressavam questões importantes para o campo da formação tais como: a articulação teoria-prática, os debates em torno dos limites de campos disciplinares para a educação e para a formação, a articulação entre os “espaçostempos” formativos, em especial com as escolas, dentre outros aspectos. A revogação dessa diretriz ocorreu enquanto os cursos e instituições ainda trabalhavam em suas propostas e políticas de formação, em alguns casos em uma trajetória de cerca de três anos de estudos e consolidações das propostas em suas matrizes curriculares. A interrupção desse processo pela homologação da BNC-Formação causou contestações, sobretudo pelo modo como a nova diretriz de 2019 foi formulada e homologada em tempo recorde e pelo fato de desconsiderar todo o tempo e trabalho dedicado pelos cursos e Instituições de Ensino Superior (IES) até ali.

No contexto do processo que levou à revogação da Resolução CNE 02/2015 e à homologação da BNC-Formação, é evidente o processo de centralização curricular e controle expresso para os currículos da educação básica pela BNCC e como há o desdobramento na reconfiguração das diretrizes nacionais para a formação de professores. A articulação entre currículo e formação de professores que comumente integra a tríade do controle sobre a educação formada por currículo-avaliação-formação de professores fica deste modo evidente pela reconfiguração dos sentidos de docência, consequentemente dos sentidos dos conhecimentos e processos necessários à atuação e formação dos professores que leva à revogação da Resolução CNE 02/2015 e à apressada implementação da Resolução CNE 02/2019.

A BNC-Formação tem grande impacto nos cursos de Pedagogia, tanto na estrutura e organização, quanto na concepção. Diante desses processos diversas instituições educacionais, coletivos de educadores e entidades nacionais ligadas à pesquisa em educação, formação de professores e currículo se mobilizaram e lançaram notas de manifesto, em apoio à manutenção da Resolução CNE 02/2015 e de repúdio à BNC-Formação. Mais de quarenta entidades nacionais assinaram em 2019 uma Nota Contra a Descaracterização da Formação de Professores. O entendimento é que as proposições da Resolução CNE 02/2019:

[...] destroem as políticas já instituídas; desconsideram a produção e o pensamento educacional brasileiro ao retomarem concepções ultrapassadas como a pedagogia das competências; apresentam uma visão restrita e instrumental de docência e negativa dos professores; descaracterizam os núcleos formativos, a formação pedagógica e a segunda licenciatura; ignoram a diversidade nacional, a autonomia pedagógica das instituições formadoras e sua relação com a educação básica; relativizam a importância dos estágios supervisionados retrocedendo, desse modo, nos avanços que a área alcançou com a Resolução 02/2015 [...] (ANFOPE *et al.*, 2019, p. 596).

Porém, apesar da BNC-Formação ter sido aprovada em 2019, o processo de implementação foi prejudicado devido à pandemia da *Coronavirus Disease 2019* (Covid-19). Todavia também foi possível a organização e mobilização de movimentos contra a BNC-Formação.

Em abril de 2021 foi lançado o Fórum Estadual de Mobilização e Defesa do Curso de Pedagogia – Rio de Janeiro, organizado por coordenadores dos cursos de Pedagogia de cinco universidades do Estado do Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj), Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Foi o primeiro Fórum de Mobilização contra a BNC-Formação, lançado oficialmente.

O Fórum, como um espaço de mobilização e debates, convocou docentes, estudantes, dirigentes das instituições de ensino e entidades educacionais na defesa do curso de Pedagogia e da Resolução CNE 02/2015. A mobilização se estendeu a outros estados, com criações de fóruns locais e a organização e lançamento, em maio de 2021, do Movimento Nacional em Defesa do Curso de Pedagogia.

Além do Rio de Janeiro, foram criados Fóruns em Defesa dos Cursos de Pedagogia nos estados de Rio Grande do Norte, Tocantins, Mato Grosso, Pará, Paraíba, Pernambuco, Goiás, Mato Grosso do Sul, Ceará, Bahia, Paraná e Minas Gerais. A articulação entre as IES é um aspecto importante na possibilidade de existência desses espaços de mobilização, pois partilha experiências e multiplica o envolvimento das comunidades científicas e acadêmicas em torno de uma causa comum. Além disso, fortalece o movimento ao criar maiores condições de ação com um conjunto mais amplo de IES envolvidas.

Dentre as ações desses movimentos foram organizadas *lives* e webinários com debates convocados por entidades nacionais ligadas à pesquisa em educação, formação de professores e currículo e universidades. As atividades contaram com a participação de docentes, pesquisadores, estudantes, reitores e pró-reitores, secretários municipais de educação, representantes de fóruns estaduais de educação e de conselhos municipais de educação, sindicatos dos professores, centros acadêmicos, representantes de instituições como Anfope, ANPEd, Fórum Nacional de Diretores de Faculdades, Centros de Educação ou Equivalentes das Universidades Públicas Brasileiras (ForumDir), Anpae e ABdC.

A partir da criação do Fórum Estadual de Mobilização e Defesa do Curso de Pedagogia-RJ, em abril de 2021, e do Movimento Nacional em Defesa do Curso de Pedagogia, em maio de 2021, a mobilização se intensificou com a adesão de instituições educacionais e caracterização de um movimento de resistência.

Em abril de 2023 foi criada a “Frente Nacional pela Revogação das Resoluções CNE/CP 02/2019 e 01/2020 e pela retomada da implementação da Resolução CNE/CP 02/2015”.

São esses espaços de mobilização e resistência às políticas instituídas fundamentais para mostrar a criação e possibilidade de outra agenda. Para Alves (2017, p. 3), “a agenda dos docentes e pesquisadores pode tecer movimentos e produzir acontecimentos que vão além da simples resistência aos equívocos e mesmo imposições de eventuais políticas oficiais, considerando a resistência sempre necessária”.

O movimento está em plena ação, buscando a mobilização de políticas de resistência e em defesa da formação de professores. Os desdobramentos dessa disputa e mobilização não podemos prever, mas como movimento podemos considerá-lo histórico por reunir tantas instituições, educadores, estudantes e pesquisadores no propósito de defesa de uma política de formação de professores reflexiva, plural e igualitária

**Referências**

ALVES, N. A compreensão das políticas nas pesquisas com os cotidianos. Educação e Sociedade, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1195-1212, out./dez. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/mJZwtkYBWLNGDgyRZGVbSwF/?lang=pt#>. Acesso em: 2 abr. 2022.

ALVES, N. Formação de docentes e currículos para além da resistência. *Revista Brasileira de Educação*, v. 22, n. 71, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/qcCz9xPVpV5gb6dWSwSfYSg/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 20 mar. 2022.

Anfope, FNPE, Forumdir, Anped, ABdC *et al*. Contra a descaracterização da formação de professores. Nota das entidades nacionais em defesa da Resolução 02/2015. *Formação em Movimento. Revista da ANFOPE - Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação*, v.1, n. 2, p. 595-598, jul./dez. 2019. Disponível em: <http://costalima.ufrrj.br/index.php/FORMOV/article/view/538>. Acesso em: 11 abr. 2021.

BALL, S.; BAILEY, P.; MENA, P.; DEL MONTE, P.; SANTORI, D.; TSENG, C.; YOUNG, H.; OLMEDO, A. A constituição da subjetividade docente no Brasil: um contexto global. *Revista Educação em Questão*, Natal, v. 46, n. 32, p. 9-36, ago. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/5114>. Acesso em: 11 abr. 2021.

HYPOLITO, A. BNCC, Agenda Global e Formação Docente. *Revista Retratos da Escola.* Brasília, v. 13, n. 25, p. 187-201, jan./mai. 2019. Disponível em: <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/995>. Acesso em: 27 set. 2020.

CERTEAU, M. A invenção do Cotidiano: 1. Artes de fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MACEDO, E. Base curricular comum: novas formas de sociabilidade produzindo sentidos para educação. *E-curriculum*, v. 12, n. 3, p. 1530-1555, dez. 2014. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/21666>. Acesso em: 1 set. 2021.

OLIVEIRA, I. Currículo e processos de “aprendizagemensino”: “políticaspráticas” educacionais cotidianas. *Currículo sem Fronteiras* [online], v. 13, n. 3, p. 375-391, set./dez. 2013. Disponível em: <https://www.curriculosemfronteiras.org/vol13iss3articles/oliveira.htm>. Acesso em: 9 set. 2021.